

**HABEAS CORPUS Nº 486.721 - CE (2018/0346173-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DIEGO VINICIUS DE SOUZA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : CAMILA FIGARO NOBILE - SP295289  
DIEGO VINICIUS DE SOUZA - SC048565  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : PAULO SANTOS DA SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : JOAO VICTOR MOREIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício dos pacientes PAULO SANTOS DA SILVA e JOAO VICTOR MOREIRA, contra r. **decisum** de em. Desembargador do eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, que julgou prejudicado o **writ** naquela Corte impetrado.

Depreende-se dos autos que os paciente foram presos em flagrante, em 11/12/2018, na cidade de Caucaia/CE, por terem, supostamente, praticado os delitos de furto qualificado e associação criminosa.

Contudo, quando da análise da prisão em flagrante o juízo de Caucaia/CE declinou da competência, vez que os delitos, **supostamente**, praticados pelos pacientes teriam ocorrido, **em tese**, em Fortaleza/CE.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, buscando revogar as prisões dos pacientes. O em. Desembargador Relator julgou prejudicado o **writ**.

Dáí o presente **mandamus**, no qual o impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da espera pela manifestação da justiça acerca da prisão em flagrante dos pacientes.

Aduz que os pacientes encontram-se "*encarcerados há mais de 200 (duzentas) horas, sem qualquer decisão fundamentada da Autoridade Policial ou do Magistrado de 1ª instância, sequer a legalidade da prisão fora analisada, restando nítido o constrangimento ilegal existente nos autos,*

*especialmente pela omissão injustificada, inclusive dos pleitos de relaxamento autuados sob o nº 0069810-98.2018.8.06.0064 e 0069825-64.2018.8.06.0064 contrariando o disposto no artigo 310 do Código de Processo Penal, e Resoluções 213 do CNJ e 14/2015 do TJ/CE" (fl. 7).*

Requer, assim, o relaxamento da prisão preventiva.

Liminar, determinando "a remessa dos autos ao Juízo da 17ª Vara Criminal de Fortaleza a fim de que examine, no prazo de 48 horas, a legalidade da prisão em flagrante dos pacientes e marque a audiência de custódia" (fls. 197-199 e 219).

As informações foram prestadas às fls. 227-236; 237-243 e 244-247.

A douta Procuradoria-Geral da República, às fls. 279-281, manifestou-se pela prejudicialidade do **writ**, em parecer assim ementado:

**"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO INADEQUADA DO WRIT. NÃO CONHECIMENTO. FURTO QUALIFICADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA ANÁLISE DA LEGALIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PARECER NO SENTIDO QUE SEJA TIDO POR PREJUDICADO O HABEAS CORPUS" (fl. 279).**

É o relatório.

**Decido.**

O presente **habeas corpus** não comporta conhecimento, pois há evidente **supressão de instância**.

Com efeito, conforme se deduz dos autos as razões, ora elencadas na inicial, não foram objeto de análise em segunda instância, pois o **writ** originário foi julgado prejudicado, com a seguinte fundamentação, **in verbis**:

*"Em consulta aos autos principais (0010469-41.2018.8.06.0064), constata-se que, de fato, não há decisão por parte daquele magistrado no sentido de mantê-los em prisão ou colocá-los em liberdade, tampouco data aprazada para que sejam apresentados em audiência de custódia.*

*Todavia, entendo não ser possível conhecer da presente impetração.*

*É que, em consulta ao Pedido de Relaxamento de nº 0069825-64.2018.8.06.0064, afere-se que este ainda não fora analisado pelo Juiz da 2ª Vara Criminal de Caucaia, indicado como coator.*

*Para que se torne viável a sua análise, faz-se imprescindível que o Magistrado singular aprecie previamente a matéria, visto que apreciá-la sem a devida submissão do Juízo primevo afronta os princípios do duplo grau de jurisdição e do juiz natural.*

*Ademais disso, verifica-se, às fls. 69/70, acertada decisão proferida pela autoridade coatora, assinada digitalmente em 18 de dezembro de 2018, um dia após a impetração deste, declinando da competência para apreciação do flagrante em relação aos pacientes, em prol da Comarca de Fortaleza, sob o seguinte argumento:*

*"[...] conforme depoimentos do representante da vítima Litis Ítalo de Castro Silva e dos demais depoimentos constantes nos autos, o crime de furto ocorreu na Avenida Gomes de Matos, 1703, Bairro Montese, Fortaleza-CE. Restando, desta forma, plenamente configurado nesta Comarca de Caucaia, apenas, o fato imputado a autuados A lane Santos Marinho Cordeiro.*

*Deste modo, DECLINO DA COMPETÊNCIA deste juízo, para apreciação do flagrante em relação ao suposto crime de furto imputado aos autuados PAULO SANTOS DA SILVA e JOÃO VICTOR MOREIRA, determinando a remessa do presente feito para a comarca de FORTALEZA, devendo ser extraído cópias do presente procedimento e encaminhado para a Central de Distribuição desta Comarca de Caucaia-CE para adoção das medidas cabíveis.*

*Expedientes necessários.*

*Ora, se o crime teria ocorrido em Fortaleza, não compete a um juízo de unidade judiciária de Caucaia conhecer nem apreciar a legalidade da prisão dos autores.*

*Assim sendo, ante o superveniente declínio de competência da autoridade dita coatora, bem ainda para evitar incorrer em supressão de instância, julgo prejudicada a análise do presente manda mus.*

*Entretanto, ex officio, determino que seja expedida RECOMENDAÇÃO ao Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, para que remeta imediatamente os autos de nº 0010469-41.2018.8.06.0064, com expressas recomendações ao Juiz da 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza (Vara Única de Audiência de Custódia), para que imprima maior celeridade na análise da prisão*

*flagrancial"* (fls. 11-13).

Assim, considerando que o eg. Tribunal **a quo** julgou prejudicado o **habeas corpus** lá impetrado, mostra-se inviável a análise do mérito da questão por esta Corte Superior, sob pena de incorrer em indevida **supressão de instância**.

Nesse sentido:

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. NULIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. TRIBUNAL DO JÚRI. CARTA APÓCRIFA. RELATOS SOBRE SUPOSTOS ILÍCITOS PARA MANIPULAÇÃO DO JULGAMENTO DESPROVIDOS DE QUALQUER RESPALDO. DESENTRANHAMENTO. NECESSIDADE. ORDEM CONCEDIDA.*

*1. A tese referente à suposta violação ao princípio do juiz natural não foi debatida perante a instância de origem, sendo inviável o seu enfrentamento diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.*

*[...]"* (HC 387.699/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 18/09/2017)

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. EXECUÇÃO PENAL. MEDIDA DE SEGURANÇA. INTERNAÇÃO. TESE CONSTRANGIMENTO ILEGAL ANTE O CUMPRIMENTO INTEGRAL DA PENA IMPOSTA. QUESTÃO NÃO APRECIADA NA ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE INFORMES QUANTO À PRÉVIA FORMULAÇÃO DO PLEITO EM 1º GRAU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PEDIDO DE DESINTERNAÇÃO DO PACIENTE EM RAZÃO DA CESSAÇÃO DE SUA PERICULOSIDADE, ATESTADA EM LAUDO PERICIAL. INDEFERIMENTO PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES FUNDAMENTADAMENTE EM RAZÃO DE CONFLITOS QUANTO À CONCLUSÃO DOS LAUDOS PERICIAIS REALIZADOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE FLAGRANTE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*[...] 2. Quanto ao pleito de extinção da medida de segurança imposta, ante o cumprimento integral da pena, verifica-se que a tese não foi examinada pelo Tribunal de 2º Grau, não podendo, pois, ser apreciada por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*[...] 5. Habeas corpus não conhecido."* (HC

200.831/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 16/04/2015)

De toda sorte, consoante as informações prestadas pela instâncias ordinárias às fls. 248-270, a prisão dos pacientes foi convertida em preventiva, em **11/01/2019**, tratando-se, portanto, de novo título judicial a fundamentar o encarceramento.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. e I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer  
Relator